

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS criado nos termos da Lei Complementar 081, de 21 de junho de 2007, tem caráter deliberativo, fiscalizador e consultivo e como objetivos básicos a elaboração, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Habitação de interesse social:

I – convocar plenária aberta para discussão a respeito da política municipal de habitação;

II – elaborar as diretrizes e metas a serem apresentadas como sugestões para o Plano Anual de Habitação do município utilizando como subsídio as diretrizes apresentadas na plenária;

III – elaborar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, o plano Anual e Plurianual de Habitação do Município;

IV – opinar e dar parecer acerca das propostas orçamentárias, anual e plurianual relativa a política municipal de habitação;

V – manifestar-se a respeito de contratos de vendas, a serem celebrados entre o município e pessoas carentes;

VI – avaliar a execução das ações previstas no Plano Anual do município e nos programas específicos, bem como, sugerir modificações;

VII – fiscalizar a implantação dos planos, projetos e programas habitacionais do município, bem como, propor as modificações que se fizerem necessárias;

VIII – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FUNHABINS;

IX – fiscalizar a gestão econômica dos recursos, bem como, avaliar o resultado do desempenho das aplicações realizadas;

X – definir as faixas de atendimento dos programas do FUNHABINS;

XI – aprovar as diretrizes e normas para a gestão do FUNHABINS;

XII – aprovar os programas habitacionais e outros propostos, assim como os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do FUNHABINS;

XIII – estabelecer limites máximos de financiamento para cada programa, assim como as situações em que poderão ser concedidos financiamentos a fundo perdido;

XIV – aprovar a política de subsídios, assim como as normas de retorno dos financiamentos concedidos;

XV – aprovar a forma de repasse a terceiros vinculado ao FUNHABINS;

XVI – aprovar normas para a gestão do patrimônio vinculado ao FUNHABINS;

XVII – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do FUNHABINS;

XVIII – apreciar as demonstrações mensais de receita e despesa do FUNHABINS e homologá-las;

XIX – acompanhar a execução dos programas e projetos financiados pelo FUNHABINS;

XX – dirimir dúvidas quanto a aplicação das normas regulamentares relativas ao FUNHABINS;

XXI – propor medidas de aprimoramento do desempenho do FUNHABINS, bem como outras formas de atuação visando à consecução dos seus objetivos;

CAPÍTULO II **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS será integrado por 13 (treze) membros titulares, de forma paritária entre a sociedade civil e o poder público, tendo a seguinte composição:

I - membros natos:

a) Secretário Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, que o presidirá;

b) Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, que desempenhará a função de Vice-Presidente;

c) Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, que desempenhará a função de Secretário Executivo;

II – membros designados:

- a) um membro indicado pela Secretaria Municipal de Tributação;
- b) um membro indicado pela Câmara Municipal do Natal;
- c) um membro do Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON;
- d) um membro indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/RN;
- e) um membro indicado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB/RN;
- f) um membro indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RN;
- g) um membro indicado pela Associação dos Notários e Registradores – ANOREG/RN;
- h) um membro indicado pelos Representantes dos Conselhos Comunitários da Região Administrativa Norte;
- i) um membro indicado pelos Representantes dos Conselhos Comunitários da Região Administrativa Sul;
- j) um membro indicado pelos Representantes dos Conselhos Comunitários da Região Administrativa Leste;
- k) um membro indicado pelos Representantes dos Conselhos Comunitários da Região Administrativa Oeste;

§1º. Os membros do COHABINS terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução por igual período.

§ 2º. Será indicado, para cada membro titular, 1 (um) suplente, que o substituirá no caso de impedimento, ou o sucederá no caso de vaga.

§ 3º. A perda do vínculo legal do representante com a entidade representada, implicará na extinção concomitante de seu mandato.

§ 4º. A ausência por três reuniões seguidas ou cinco alternadas no mesmo ano implicará na perda automática do mandato junto ao Conselho.

§ 5º. Os membros a que se referem as alíneas “g”, “h”, “i” e “j” do inciso II, serão indicados em assembléia dos presidentes dos conselhos comunitários e associações de bairros e favelas, cadastrados pela Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, a ser convocada exclusivamente com esta finalidade.

§6º. A designação dos membros do COHABINS será feita por ato do Chefe do Executivo Municipal.

§7º. Os membros do COHABINS não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e os serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art 4º. Para cumprimento de suas atribuições o CONHABINS possuirá as seguintes Câmaras Técnicas, as quais deverão ser assumidas pelos representantes legais do Conselho:

- I – urbanização e legalização fundiária;
- II – acompanhamento legislativo e oferta de novas moradias;
- III – ações gerenciais e monitoramento de AEIS e áreas de risco.

§1º. O CONHABINS poderá criar estruturas temporárias destinadas a acompanhar a implementação e execução de projetos de intervenção nas áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), que serão denominadas de Ações Gerenciais de Interesse Social - AGIS.

§2º. As comissões das AGIS serão formadas por técnicos do Município, representantes da comunidade e, quando for o caso, de assessoria técnica de pessoa jurídica privada cadastrada previamente pelo Poder Público Municipal sendo a contratação submetida ao devido procedimento licitatório.

§3º. Caberá ao CONHABINS orientar a atuação das comissões das AGIS.

Art. 5º. O CONHABINS reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, na forma que dispuser seu Regimento Interno.

§1º. A convocação será feita por escrito, com antecedência mínima de 8 dias para as sessões ordinárias e de 24 horas para as sessões extraordinárias.

§2º. As decisões do CONHABINS serão tomadas com a presença mínima da metade mais um dos membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§3º. Para seu funcionamento, o CONHABINS fica autorizado a utilizar os serviços infra-estrutural e pessoal das unidades administrativas do Poder Executivo.

Art. 6º. Os Conselheiros natos e designados deverão assinar o respectivo termo de posse, lavrado no livro de Termo de Posse, na primeira Reunião Ordinária do Conselho, realizada após a designação.

Parágrafo único – As normas de funcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS definidas nos termos desse Regimento Interno, deverão ser aprovadas com o voto da maioria dos seus membros e submetido à homologação do Chefe do Executivo Municipal mediante Decreto específico.

Art. 7º. Cabe aos membros do Conselho:

I – zelar pelo fiel cumprimento e observância da Lei Complementar Municipal nº 081/2007 e do Decreto Municipal nº 053/2007;

II – participar das reuniões, debater e votar as matérias em exame;

II – encaminhar ao Presidente do Conselho, em forma de solicitação de matéria, para sua inclusão em pauta, quaisquer matérias que julgarem de interesse do Conselho e do Fundo Municipal de Habitação;

IV – requisitar ao Presidente do Conselho informações que considerarem necessárias para o desempenho de suas atribuições.

Art. 8. O CONHABINS será presidido pelo Secretário Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, e na sua ausência, pelo Secretário Adjunto, competindo-lhe:

I – representar legalmente o CONHABINS;

II – convocar e presidir as reuniões CONHABINS;

III – em suas ausências, indicar, por escrito, até o momento de início da reunião, o nome de um dos Conselheiros para presidi-la extraordinariamente;

IV – cumprir e fazer cumprir seu regimento interno;

V – dirigir e coordenar as atividades do CONHABINS determinando as providências necessárias ao seu pleno desempenho;

VI – promover ou praticar atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CONHABINS e de suas Câmaras Temáticas;

VII – emitir voto de desempate;

VIII – decidir sobre matéria de urgência, ad-referendum do Conselho, quando não houver tempo hábil para aguardar a realização de reunião.

§1º. O Conselho apreciará os atos *ad referendum* que digam respeito à gestão dos Programas e Projetos do FUNHABINS, na primeira reunião após a realização do ato.

§2º. As matérias passíveis de decisão *ad referendum* serão regulamentadas em resolução específica.

§3º. Em não sendo indicado o substituto para presidir a reunião, em conformidade com o inciso III deste artigo, e em existindo o *quorum* mínimo exigido para o início da reunião, os Conselheiros presentes indicarão um Presidente *ad hoc*.

CAPÍTULO III DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

Art. 9. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, por convocação do seu Presidente, mediante edital de convocação expedido por ofício informando a pauta, a data, a hora e o local da reunião.

§ 1º. As reuniões do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS se instalarão com um *quorum* mínimo de 1/3 de seus integrantes, inclusive o Presidente, e, para votação, será de 1/2 dos membros.

§ 2º. A verificação do *quorum* mínimo para instalação da reunião deverá ocorrer em duas convocações com intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre elas. Já o *quorum* para votação será verificado no momento que preceder a mesma.

§ 3º. O Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS, ou a maioria absoluta de seus membros, poderão convocar, a qualquer tempo, reuniões extraordinárias por motivo fundamentado.

§ 4º. O Tempo de duração de cada reunião do CONHABINS não deverá exceder duas horas, salvo em casos de reuniões extraordinárias ou deliberações nas quais se exija *quorum* para votação, devendo nesses casos não exceder a trinta minutos.

Art. 10. No caso das reuniões ordinárias, os membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS deverão receber a pauta da reunião e, em avulso, se for o caso, os documentos relativos às matérias objeto da pauta, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - Serão elaboradas atas do conteúdo das reuniões, que após a sua leitura e apreciação pelo Conselho, em reunião subsequente, será submetida à aprovação e assinatura dos membros presentes.

Art. 11. Os Conselheiros poderão enviar solicitações de matéria que deverão conter enunciado sucinto do objeto da pretensão, histórico ou justificativa do pleito, minuta de resolução e, se for o caso, anexo contendo parecer técnico e outras informações pertinentes.

§1º. As solicitações de matéria deverão ser encaminhadas ao Presidente do Conselho para que entrem na pauta da próxima reunião ordinária, desde que tenham sido enviadas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§2º. O apoio técnico e as informações necessárias à elaboração da solicitação de matéria poderão ser requisitados pelos Conselheiros ao Presidente do Conselho.

§3º. O Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS poderá, excepcionalmente, permitir a inclusão de solicitação de matéria extra-pauta, considerando a relevância e a urgência da matéria.

Art. 12. Nas reuniões do CONHABINS, todos os membros presentes terão direito a voz, ficando o direito a voto, respeitado a forma de verificação do *quorum* do artigo 9º, §§ 1º e 2º deste Regimento para abertura da reunião, quando das convocações, condicionado a:

I – na ausência do titular, estando presente o suplente, este passará a ter direito a voz e voto, ficando o titular com direito a voz;

II – Em qualquer momento da reunião a presença do membro titular, dará ao mesmo o direito de voz e voto, ainda que o seu suplente tenha efetivado a sua presença em momento anterior.

§1º. Os Conselheiros suplentes também terão direito a voz e a voto na hipótese de assumir o cargo por perda de mandato do titular, nos termos do artigo 3º, § 3º deste Regimento.

§2º. No caso da representação do poder público, onde não exista uma correspondência direta entre titulares e suplentes, e na ausência do titular, terá direito a voz e voto o suplente dessa representação escolhido pelo Presidente do Conselho ou seu substituto, dentre os suplentes presentes à reunião.

Art. 13. As deliberações do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS serão aprovadas por maioria dos membros presentes com direito a voto, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º, do art. 9º desse Regimento.

§1º. As deliberações do CONHABINS serão formalizadas em resoluções, que serão encaminhadas ao Secretário Municipal da Habitação, para homologação.

§2º. A homologação será efetuada pelo Secretário Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da deliberação.

§3º. Caso o Secretário Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes não homologue as deliberações do Conselho Municipal de Habitação, no prazo estabelecido no §2º, deste artigo, as mesmas deverão voltar ao Conselho para discussão, onde serão reexaminadas, com prioridade, na reunião seguinte, devendo ser confirmadas ou reformuladas, uma única vez, pela maioria absoluta dos Conselheiros, cuja decisão será soberana, sendo subsequente encaminhada para publicação.

§4º. As resoluções serão expedidas em ordem numérica e publicadas no link do CONHABINS presente na página da SEHARPE na internet.

Art. 14. O Presidente do CONHABINS, em atenção à solicitação de membros, poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto, técnicos da

Prefeitura Municipal do Natal e/ou especialistas nos assuntos em discussão para prestar esclarecimentos ou oferecer informações e opiniões julgadas necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 15. Caberá ao Presidente do CONHABINS baixar instruções normativas pertinentes às resoluções aprovadas no âmbito do Conselho, definindo procedimentos operacionais necessários ao seu cumprimento.

Parágrafo único. As instruções normativas de que tratam este artigo deverão ser elaboradas a partir de resoluções votadas pela maioria simples dos membros do CONHABINS.

CAPÍTULO IV **DO FUNDO E SUA GESTÃO**

Art. 16. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CONHABINS assumirá diretamente a Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FUNHABINS, que, além de desempenhar as atribuições definidas no seu Regulamento a partir do Decreto Municipal, irá auxiliar o Presidente do Conselho nas ações definidas neste Regimento.

Art. 17. O Gestor do Fundo será assistido por um grupo de apoio técnico para o exercício de suas competências legais, integrado por técnicos da SEHARPE e por 01 (um) representante indicado pelo CONHABINS.

Art. 18. Competirá ao Gestor do Fundo:

I – coordenar a realização de estudos de previsão de receita, juntamente com os chefes de Departamentos e setores da SEHARPE, da previsão de receita anual do FUNHABINS e outros, com vistas à captação de recursos;

II – submeter ao Secretário Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes – SEHARPE as previsões orçamentárias para o ano subsequente, nos prazos e forma definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias do município – LDO, e os planos de aplicação de recursos, discriminando as diversas fontes originais e os programas e projetos a serem executados;

III – encaminhar mensalmente ao Secretário Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes – SEHARPE, os demonstrativos de receitas e despesas, trimestralmente, os inventários dos bens materiais e serviços e, anualmente, o inventário dos bens imóveis e o balanço do FUNHABINS;

IV – organizar e manter toda a documentação e toda a escrituração contábil do Fundo de forma transparente, precisa e individualizada, obedecendo à ordem lógica da execução orçamentária;

V – elaborar e atualizar o plano de contas do FUNHABINS, ouvida a Controladoria Geral do Município – CONTROL;

VI – conferir e conciliar os extratos da conta bancária e controlar sua movimentação;

VII – acompanhar e manter o necessário controle dos termos de contrato e de convênios para execução de programas e projetos firmados com instituições governamentais e não governamentais;

VIII – firmar junto com o Secretário Municipal ou Adjunto de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes – SEHARPE os cheques e demais documentos bancários referentes às contas abertas e mantidas em estabelecimento de crédito;

IX – controlar a concessão e prestação de contas de adiantamentos e provimentos especiais às unidades gestoras e/ou servidores credenciados;

X – submeter ao Secretário Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes – SEHARPE minutas de convênios e/ou contratos a serem firmados com organizações financiadoras de habitação de interesse social;

XI – controlar e liquidar as despesas e efetuar compras e contratos;

XII – captar recursos financeiros;

XIII – desenvolver outras atividades indispensáveis à consecução das finalidades do FUNHABINS.

Parágrafo único. Toda a conceituação, finalidades, origem e aplicação dos recursos, vinculação ou subordinação, constituição e toda e qualquer eventual matéria relacionada ao FUNHABINS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social –, encontra-se definida pelo artigo 22 e seguintes da lei Complementar municipal 081 de 20 de junho de 2007.

CAPÍTULO V **DA PERDA DO MANDATO**

Art. 19. O Conselheiro perderá o mandato nas seguintes hipóteses:

I – por acometimento de doença grave que o impeça de exercer suas funções, apresentando atestado médico que assim o justifique;

II – por renúncia expressa;

III – por decisão judicial condenatória transitada em julgado referente a crimes contra a vida, contra a administração pública ou referente a improbidade administrativa;

IV – pela prática de atos que firam o decoro necessário ao exercício da função pública que lhe foi atribuída, mediante deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho;

§1º. Havendo a perda do mandato, pelas hipóteses supra elencadas ou por morte do titular:

I – no caso das representações da sociedade civil e do poder público, onde exista correspondência direta entre titulares e suplentes, o Conselheiro será automaticamente substituído por seu suplente direto;

II – no caso dos representantes do poder público, onde não exista correspondência direta entre titulares e suplentes, deverá assumir a titularidade o suplente que o CONHABINS definir, através de voto, na primeira reunião após a perda do mandato do titular, passando a exercer a titularidade até a posse de um novo titular a ser indicado pelo órgão ou entidade pública a que a vaga esteja vinculada.

Art. 20 Com a perda do mandato, o segmento da sociedade civil ou a entidade do poder público, à qual está vinculado o Conselheiro, deverá indicar novo representante, no prazo de até 60 (sessenta) dias.

§1º. No caso das representações da sociedade civil, essa nova indicação irá compor o CONHABINS na condição de suplente, enquanto que as novas indicações dos representantes do poder público deverão obedecer à mesma ordem de titularidade e suplência.

§2º. Essas novas indicações irão completar o mandato do seu antecessor no tempo que restar.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Cabe à Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes - SEHARPE proporcionar ao CONHABINS condições para o seu pleno e regular funcionamento, dando-lhe suporte técnico-administrativo.

Art. 22. Cabe ao CONHABINS divulgar no Diário Oficial do Município as análises das contas do FUNHABINS.

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas quanto à aplicação deste Regimento Interno serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CONHABINS.

Art. 24. Este Regimento Interno poderá ser alterado, respeitando-se o disposto na Lei Municipal nº 081/2007 de 21 de junho de 2007 e no Decreto Municipal nº 053/2007 de 05/10/2007, por maioria absoluta dos membros.

LEGISLAÇÃO

LEIS

Lei Complementar Municipal nº 081 de 21 de junho de 2007

Altera a Lei Complementar nº 020, de 02 de março de 1999 e cria Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes – SEHARPE, cria também o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CONHABINS e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FUNHABINS. DOM, 21/06/2007.

DECRETOS

Decreto nº 053/2007

Designa os membros titulares e suplentes do Poder Público e Sociedade civil para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social. DOM, 05/10/2007.